**OUSANDO TEIMAR POR LIBERDADE: TRAJETÓRIA E LUTAS DO**

**MOVIMENTO LGBT NO BRASIL**

MOURA, Iago Henrique Fernandes de Sousa 1

**RESUMO**

O presente artigo tem por finalidade problematizar a trajetória histórica e as lutas do movimento LGBT no Brasil. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica para compreendermos a trajetória do movimento LGBT no Brasil, compreendendo a organização política dos sujeitos tendo por objetivo a luta pelo reconhecimento da homossexualidade e o combate ao preconceito e à discriminação, desvalores estes potencializados nesta sociabilidade capitalista, assentada na exploração de uma classe sobre outra e na regulação das relações afetivo-sexuais. Nesse bojo, concluímos que o movimento LGBT, surgido no final dos anos 1970 no contexto da ditadura militar, continua na luta contra a opressão que nega direitos civis, sociais e humanos aos sujeitos LGBT. O movimento, desde os anos 1980 e com mais intensidade nos anos 1990, em sua “segunda onda”, estabelece uma relação com o Estado, via financiamento principalmente nas ações de combate à Aids, o que tem implicações na sua autonomia, sendo esse um dos desafios na atualidade. Somamos aos desafios a luta por políticas públicas, pela criminalização da homofobia e a necessidade de politizar de forma mais qualificada a própria visibilidade política, uma das estratégias atuais do movimento, representada pelas Paradas do Orgulho LGBT.

**PALAVRAS-CHAVE:** ORGANIZAÇÃO POLÍTICA; MOVIMENTOS SOCIAIS;

MOVIMENTO LGBT.

Compreender a organização política da classe trabalhadora significa situá-la na

sociedade capitalista, marcada pelo antagonismo de duas classes fundamentais: burguesia e

proletariado. Este último possui apenas sua força de trabalho para vender à classe burguesa,

sendo esta a detentora dos meios de produção e exploradora da força de trabalho alheia, fonte

de riqueza dessa classe. Como nos diz Marx e Engels (2011): “Com o desenvolvimento da

burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos trabalhadores

modernos, que só sobrevivem se encontram trabalho, e só encontram trabalho se este

incrementa o capital” (p. 92).

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais (PPGSSDS) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), e-mail: iago\_fsousa12@hotmail.com. Eixo Temático: Educação Popular, Movimentos Sociais e Educação do Campo.

No capitalismo, as ideias são hegemonicamente produzidas, de acordo com Marx e Engels (2011) pelas relações burguesas de produção e de propriedade. Decorre desse fato que a classe dominante utiliza instituições sociais (Estado, Igreja, escola, família, dentre outras) para disseminarem sua ideologia com a finalidade de sustentar esse modo de produção e promover à adequação dos sujeitos à ordem estabelecida. A compreensão da lógica exploradora dessa sociedade capitalista é o fundamento para que a classe trabalhadora buscasse formas de organização com o intuito de se opor à exploração crescente do regime burguês de produção. Uma dessas formas organizativas foi a aglutinação de sujeitos na constituição dos movimentos sociais.

Para Gohn (2007), os movimentos sociais são “[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (p. 13). As estratégias de ação dos movimentos variam desde a simples denúncia, pela pressão direta (mobilizações, marchas, passeatas, etc.) até as pressões indiretas. Scherer-Warren, de forma bastante clara, afirma que “[...] quando os grupos se organizam na busca de libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão e para atuar na produção de uma sociedade modificada, podemos falar na existência de um movimento social” (1987, p. 9).

No Brasil e em vários países da América Latina, o final dos anos 1970 e parte dos anos 1980, observa-se diversos movimentos sociais populares articulados por grupos de oposição ao regime militar (GOHN, 2007). No decorrer da década de 1980, “[...] surgem movimentos, organizações e espaços de articulação das reivindicações de diversos movimentos [...]” (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p. 274), imprescindíveis para a conquista de vários direitos sociais, civis e políticos inscritos na Constituição Federal de 1988. A partir dos anos 1990, verifica-se o surgimento de formas de organização popular mais institucionalizadas, a exemplo dos fóruns de defesa de direitos, além de emergirem várias iniciativas de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público, havendo o deslocamento de visibilidade para as ONGs (GOHN, 2007), implicando na redução de autonomia dos movimentos.

Especificamente o Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), objeto de nosso estudo, surgiu inicialmente no final da década de 1970, composto majoritariamente por homens *gays,* no contexto da ditadura militar, período marcado pela repressão, censura e retirada das liberdades democráticas. Apesar desse momento, artistas, grupos musicais e teatrais buscavam trazer à cena o mundo homossexual,

dentro do movimento de contracultura que denunciava o tradicionalismo e conservadorismo da sociedade e que colaborou na mobilização dos sujeitos para a organização de um movimento homossexual, que junto com outras vozes fizeram oposição à ditadura militar.

Simões e Facchini (2009) explicitam que o surgimento do jornal Lampião e do grupo Somos, de São Paulo, são referências da primeira onda de mobilização política em defesa da homossexualidade no país, tratando, a partir de então, a homossexualidade como questão social e política. O Lampião, lançado em abril de 1978, de acordo com os autores supracitados, abordava a homossexualidade de forma diferente, buscando combater a imagem negativa atribuída à homossexualidade e também apresentando os homossexuais “[...] como uma entre as várias minorias oprimidas que tinham direito a voz” (p. 86).

Como em qualquer espaço coletivo, existia divergência de opiniões e perspectivas para o nascente movimento homossexual. Existiam os defensores da ideia de construção de um movimento que reivindicasse direitos civis para os homossexuais, como nos moldes norte-americano, e outros que defendiam um jornal que adotasse uma linha editorial voltada para a informação e prestação de serviços aos homossexuais que pudesse abarcar os sujeitos que viviam fora dos centros urbanos. O confronto de ideias existia também com relação à defesa das lutas mais específicas dos segmentos em oposição ao engajamento e mesmo compreensão da luta dos homossexuais no interior da luta de classes. Essas divergências, dificuldades financeiras e perseguições aos seus organizadores possibilitaram a extinção do jornal Lampião.

Diferentemente do final dos anos 1970, “antes do final da primeira metade dos anos 1980, houve uma drástica redução na quantidade de grupos presentes no movimento”

(FACCHINI, 2005, p. 102) devido ao surgimento da epidemia de Aids, que foi tratada pela imprensa sensacionalista associando tal doença à homossexualidade. A epidemia provocou uma desmobilização dos grupos homossexuais e muitas lideranças do movimento se voltaram para a luta contra a Aids.

Essa “segunda onda” do movimento buscou construir uma imagem pública positiva da homossexualidade. Nos quatro encontros nacionais de grupos homossexuais realizados entre 1984 e 1991, segundo Simões e Facchini (2009), a legalização do “casamento gay”, um tratamento positivo da homossexualidade, a denúncia contra a violência a homossexuais e contra a discriminação religiosa, além da luta contra a Aids, foram novas bandeiras de luta.

Na década de 1990 observa-se um formato mais institucional do movimento, passando a preponderar quase definitivamente o modelo de ONGs, financiadas por programas

governamentais de combate a DST e Aids, que alimentou projetos nessa área e patrocinaram os encontros nacionais. Segundo Simões e Facchini (2009) a diversificação de formatos institucionais e ampliação da rede do movimento podem ser constatados pela articulação dos ativistas LGBT com partidos políticos, inclusive com a criação de setoriais LGBT em alguns partidos, como no Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

Nos últimos anos, as Paradas do Orgulho LGBT, enquanto manifestações de visibilidade de massa marcam a expressão social e política do movimento LGBT, eventos em que se tornam perceptíveis as relações com o Estado e o mercado (SIMÕES; FACCHINI, 2009), marcado por tensões, conflitos e combinação de interesses.

Atualmente, o movimento LGBT luta para que o Estado reconheça os diversos direitos negados, utilizando como estratégias mobilização por projetos de lei que possam garantir aos sujeitos com livre orientação sexual e identidade de gênero, direitos e políticas públicas, bem como algo essencial, o direito à vida, sendo o Projeto de Lei Constitucional (PLC) nº 22/2006, que criminaliza a homofobia, uma das bandeiras de luta primordiais do movimento que segue ousando teimar por liberdade.

**REFERÊNCIAS**

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimentos Sociais.** São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica de Serviço Social; v.5).

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?:** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais.** 2.ed. revista. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris:** do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.